

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE 2015
(Do Sr. Paulo Abi-Ackel)

Requer informações ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Eliseu Padilha, sobre a real situação das obras de reforma do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Sr. Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha, pedido de informações sobre o andamento e prazo para o término das obras do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A respeito do tema, solicita-se as seguintes informações:

1) É verdadeira a notícia de que o contrato foi suspenso pela Justiça e que não foi renovado, tendo em vista que o consórcio Marquise/Normatel já recebeu R\$ 133 milhões, dos R\$ 255 milhões previstos para a obra; quais as reais motivações e causas que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) apresentou para a rescisão do contrato com a responsável pela reforma; e se houve multa pela rescisão, qual o montante?

2) Quais são as empresas habilitadas, credenciadas e com real possibilidade de continuar a execução e concluir a obra?

3) Para quando está prevista a abertura de novo processo licitatório?

4) Quais são os novos valores previstos para o término da obra? E a previsão final para seu término?

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Considerando que a data inicial para o término das obras do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, era dezembro de 2013; que, no entanto as obras estão paradas; que ainda há trabalho incompleto, como o espaço para check-in, ainda não reformado; e

Considerando que os meios de comunicação têm veiculado que nem sequer há prazo para que as obras sejam retomadas (<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/09/empresa-desiste-de-obra-em-confins-e-infraero-cogita-romper-contrato.html>).

É visível o não cumprimento de qualquer planejamento na execução da obra de reforma de vários setores do aeroporto. Quanto à sala de embarque, há falta de cadeiras, espaço sem as mínimas condições de conforto básico para os usuários, que são obrigados a ficar em pé, à espera da hora de embarque.

Quanto ao setor de desembarque, o espaço é muito pequeno e as esteiras são muito próximas uma da outra, acabando por causar atrasos e tumulto para os passageiros. Além do mais desde o mês de outubro de 2014, as obras do aeroporto internacional de Confins estão totalmente paralisadas.

As condições precárias da obra paralisada têm colocado em risco a segurança dos passageiros e dos trabalhadores do aeroporto. Como se pode verificar, em alguns locais a fiação elétrica está exposta e os tapumes tentam esconder o que está por terminar. Sem falar ainda da escada rolante, que não funciona e do elevador, que até o momento não entrou em operação.

É fundamental que esta Casa obtenha todas as informações sobre a real situação das obras do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, pois são fundamentais para o entendimento das razões da baixa execução da referida obra e para que esta Casa possa cumprir suas atribuições constitucionais em relação ao caso.

Conclui-se que a baixa capacidade de execução das obras e os riscos para segurança dos usuários e dos trabalhadores do referido Aeroporto comprovam que o discurso da presidente Dilma está bem distante da realidade.

Por essas razões, solicito a Vossa Excelência que se digne requerer as presentes informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Secretaria de Aviação Civil, de modo a permitir que esta Casa de Leis possa cumprir a sua obrigação constitucional e informar aos usuários, pagadores dos impostos ali aplicados, razão final de sua ampliação, quando contarão com o completo funcionamento do terminal aeroportuário, conforme o planejado e licitado.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2015

Dep. PAULO ABI-ACKEL

PSDB/MG